

O BIOPODER NA AMÉRICA LATINA: O GOLPE DE 1964 NO BRASIL E O ZAPATISMO NO MÉXICO

EL BIOPODER EN AMÉRICA LATINA: EL GOLPE DE 1964 EN BRASIL Y EL ZAPATISMO EN MÉXICO

Heloiza Helena Leite São José¹

RESUMO:

O presente estudo tem como propósito analisar a história da emergência das tecnologias do biopoder na América Latina, sobretudo no Brasil em 1964 e México em 1968, consolidado paradoxalmente dentro de uma lógica desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, intervencionista. Diferentemente dos países europeus, na América Latina a tendência de um liberalismo se iniciou com um Estado violento, intervencionista e repressor.

PALAVRAS-CHAVE: BIOPODER, BIOPOLÍTICA, DITADURA MILITAR, MICHEL FOUCAULT.

RESUMEN:

Este estudio tiene como objetivo analizar la historia de la aparición de las tecnologías de biopoder en América Latina, especialmente en Brasil en 1964 y México en 1968, que se consolidó, paradójicamente, en una lógica de desarrollo y, al mismo tiempo, intervencionista. A diferencia de los países europeos, en América Latina la tendencia del liberalismo empezó con un estado violento, intervencionista y represivo.

PALABRAS CLAVE: BIOPODER, BIOPOLÍTICA, DICTADURA MILITAR, MICHEL FOUCAULT.

¹ Discente da Licenciatura em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Orientada pelo Prof. M.e Leandro Alves Martins de Menezes.

O que propomos nesse trabalho, é uma breve análise acerca do que Michel Foucault denominou *biopolítica* e *biopoder*, que ao nosso ver, são conceitos relevantes para construção de uma análise das sociedades disciplinares. Junto a ela, propomos avaliar o poder do regime ditatorial e seu impacto no Brasil em 1964. Embora o filósofo não tenha abordado o assunto ligado aos acontecimentos ocorrido no Brasil nesse período, nem comentado diretamente em suas visitas aqui realizadas, optamos por buscar referências bibliográficas do autor com demais pesquisas como suporte teórico.

No México, o movimento do Zapatista² vem com uma proposta em lutar por uma liberdade dos direitos indígenas, por uma política democrática, pois acreditava que o modelo político neoliberal implantado no país era um modelo excludente.

A Organização dos Estados Americanos em repúdio à barbárie cometida na Segunda Guerra Mundial promulga uma carta com direitos para proteger a vida das pessoas. Nessa perspectiva, os direitos humanos vêm para assegurar a dignidade humana, a liberdade contra as atrocidades cometidas pelo poder do Estado sobre os militantes, que resistiam às praticas intervencionistas que se instauraram no Brasil e no México.

O Golpe de 1964, ocorrido no Brasil, levou o governo a colocar em prática os Atos Institucionais, que tinham como objetivo estabelecer o poder dos militares, legalizando as ações políticas e militares. O Ato Institucional nº 5, escrito em 1968, no governo do Presidente Costa e Silva, dava ao Presidente plenos poderes para perseguir e reprimir a oposição. Poderes que violavam quaisquer garantias individuais ou coletivas dos direitos humanos, previstos na Constituição Federal de 1988.

Embasado na proposta supracitada, o trabalho discorrerá acerca de *biopolítica* e *biopoder*, analisando o golpe de 1964 no Brasil, o movimento Zapatista no México, e a influência dos direitos humanos, abordando de forma concisa e objetiva os temas em estudo.

No ano de 1974³, Foucault apresenta a primeira vez o conceito de biopolítica, no Instituto de Medicina Social da UERJ, no qual analisa os mecanismos das técnicas disciplinares em que o Estado seria um aparelho que cuida da vida e do seu

² Grupo de resistência formado por camponeses e indígenas contra o poder instaurado no México.

³ Ano que Foucault apresenta pela primeira vez o conceito de biopolítica: MENEZES, Leandro Alves Martins, de. **Uma análise da trajetória das artes de governar no pensamento de Michel Foucault.** Dissertação de Mestrado: UFG, 2011

gerenciamento através de múltiplas ópticas, como: medicalização, higienização, controle de natalidade, canalizando forças para extrair produção da população, ou seja, disciplinar o homem como máquina produtiva.

Michel Foucault discute esse tema quando analisa que o biopoder serviu para assegurar corpos produtivos aos processos econômicos fazendo então uma ligação do capitalismo ao biopoder, em que a disciplina vem para aumentar a força dos corpos em termos de produtividade econômica já que “este bio-poder, sem a menor dúvida, foi um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo” (FOUCAULT, 1988, p.153). O Estado começa, então, a se pensar em necessidade de construir uma sociedade disciplinar, que funcione de uma forma hegemônica, a partir de uma tecnologia denominada *biopolítica*.

Para Foucault, *biopolítica* era compreendida como meio de controle do indivíduo, em que busca solucionar problemas políticos, mediante a intervenção de agentes reguladores da população, a qual substituía o poder soberano, o poder de *fazer morrer*, como o próprio autor diz: “velha potência da morte em que se simbolizava o poder é agora, cuidadosamente, redescoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1988, p.152).

No último capítulo do livro *Vontade de Saber*, intitulado *Direito de Morte e Poder Sobre a Vida*, Michel Foucault começa a introduzir essas novas práticas disciplinares de gerenciamento da vida:

Desenvolvimento rápido, no decorrer da época clássica, das disciplinas diversas – escolas, colégios, casernas, ateliês; aparecimento, também, no terreno das práticas políticas e observações econômicas dos problemas de natalidade, longevidade, saúde pública, habitação e migração, explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e controle da população. Abre-se, assim, a era de um bio-poder (FOUCAULT, 1988, p.152).

Para Michel Foucault, a *biopolítica* é um poder centrado no corpo que produz efeitos individualizantes, em tornar corpos dóceis e úteis ao mesmo tempo. O *biopoder* é um poder centrado na vida que procura controlar a população, através de políticas biológicas, como controle da sexualidade, práticas do *fazer viver* e o *fazer morrer*, que configura como racismo de Estado, noutras palavras, a *biopolítica* e o *biopoder* podem ser compreendidos como disciplina que se ajustam ao poder político, em que o corpo é objeto para exercício do poder.

Podemos observar que estamos vivendo em uma sociedade disciplinar e que,

mesmo com essa reorganização de poder, a soberania ainda existe, porque aconteceu uma inversão dos mecanismos disciplinares. Como Menezes afirma:

A teoria de soberania sobreviveu, porque os desenvolvimentos de tecnologias disciplinares compuseram mecanismos de dominação e ocultaram o exercício do poder sobre os corpos e sobre suas ações, tendo como objetivo extrair tempo e trabalho, exercido de modo contínuo e vigilante (MENEZES, 2011, p.23).

No início da década de 1960, mais precisamente de 1964 até fim de 1985, no Brasil, vivemos um período marcado por extrema violência praticado durante o regime militar. O golpe militar de 31 de março de 1964 marcou o início de um período sombrio na nossa história, foram duas décadas de perseguições políticas e censura, muitas pessoas ligadas a movimentos de resistência que atuaram contra esse regime foram perseguidos, presos, torturados, vivendo na clandestinidade.

Nos primeiros nove meses do regime morreram mais de treze pessoas, (...) , afora os setes mortos do dia 01 de abril. Além de José de Souza , no dia 08 de abril, em consequência de um “queda”. No dia 13 segundo o I Exército o sargento Edu Barreto Leite pulou do oitavo andar do prédio onde morava quando viu na iminência de ser preso (GASPARI, 2002, p. 131).

Foi um período configurado pela extrema violência, em que o Estado instala a repressão para punir quem o considerava seus inimigos, e quem enfrentava o governo. O que vimos foi uma forte repressão e que os Atos Institucionais, denominados “AI’s” dava poder de exceção ao governo, legitimando o poder do Presidente, que para Giorgio Agamben⁴ é modelo de governo na política contemporânea, marcado pela ruptura das leis e legitimava o poder do Estado. A vida política brasileira foi reconfigurada com decretos que eram validados sem que para isso houvesse a aprovação de um órgão legislativo, partidos políticos foram cassados, censura a liberdade de expressão, mas a principal repreensão era a violência ao corpo, e essa violência não tinha como objetivo o disciplinamento na perspectiva da biopolítica, mas uma dominação do Estado sobre a população.

Os atos ditatoriais instalaram o medo e a presença de um Estado violento. A política apropriou da vida das pessoas como objeto, usando do direito soberano de *fazer*

⁴ Giorgio Agamben, nasceu em Roma em 1942, filósofo, Formado em Direito, autor de varias obras no conceitos politicos: *Homo sacer* (1995), *O que resta de Auschwitz* (2008) , *Estado de Exceção* (2004), responsável pela edição italiana das obras completas de Walter Benjamin.

morrer, decretando à morte quem enfrentava o governo. O Estado passava a exercer o poder sobre a vida, deixando marca de uma violência explícita, perseguições e torturas físicas e psicológica.

A construção de um Estado violento e também liberal na América Latina forma, segundo Cocco e Negri (2005), uma estrutura estatal, em gênese, racista de “fazer viver, fazer morrer”, cuidando da vida de uns e autorizando a morte de outros. Desta forma, o Estado escolhia quem iria morrer.

Com essas práticas intervencionistas, o poder político militar é então associado ao castigo, à força física, a dor. Embora estamos falando de poder do Estado ditatorial, no século XX, em que o castigo é exercido sobre o corpo, há uma presença velada de uma forma intencional ou não, que bebe na mesma fonte do ritual do suplício no final do século XVIII, em que as práticas do poder político são exacerbadas em uma cerimônia pública na qual o condenado era torturado até a morte, o que configurava o poder político do rei. Foucault, no livro *Vigiar e Punir*, relatar os métodos de punição do condenado Damians:

[Damians fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e as partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (FOUCAULT, 2011, p.09)⁵.

Gaspari, no livro *Ditadura Envergonhada*, relata como o militante Gregório Bezerra foi condenado:

No dia 2 de abril, no Recife, o dirigente comunista Gregório Bezerra foi amarrado seminua a traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade.[...] Gregório foi visto no dia 02 de abril pelos espectadores da TV Jornal do Comércio, que o filmara (GASPARI, 2002, P.132).

Os dois exemplos representam o poder sobre a vida do homem, que com a

⁵ Foucault, retira esse relato contra Robert François Damians da *Gazzete d' Amsterdam*, 1757 T.III, p. originais 372-374.

existência política passou a ser objeto de governo, utilizando de métodos de punições, em que a vida e dignidade humana eram expostas. Embora Foucault, em seus estudos acerca do surgimento das prisões apresenta esse exemplo como transformações do sistema punitivo: tornar corpos dóceis; as prisões passam a ser espaços de disciplinamentos. Em diferentes instituições: escolas, hospitais, prisões, o poder não se exerce mais no corpo físico, o que há é uma tentativa de tornar o sujeito produtivo e disciplinado. Grosso modo, a disciplina vem para aumentar a força do corpo para utilidade econômica e para diminuir essas forças em termo político de obediência (MENEZES, 2011).

Diferentemente de Foucault, Gaspari (2002) destaca as formas de repressão nesse Estado de Exceção, criando um paradigma, pois o Estado existe para proteger a vida da população e esse mesmo Estado expõe o indivíduo à morte, como forma de repressão aos que enfrentavam o governo. As pessoas foram presas, torturadas e perseguidas, exiladas. Isso era uma forma de dar “exemplos” aos que desafiassem o governo, ou seja, esse governo despótico foi uma negação à biopolítica, analisada por Foucault.

Esse poder tirano deixou uma herança na vida das pessoas e aponta focos desse abuso de poder. Falar dele abertamente é uma forma de luta. O poder não está centralizado no governo, o poder é uma rede de relacionamentos, uma correlação de forças, o poder está em todos os lugares, segundo Foucault. Pode-se dizer que todos os gestos de resistência atuam nas grandes redes, noutras palavras, o poder permeia toda uma sociedade.

Na medida em que o povo estava mobilizando-se, o golpe veio de uma forma em acabar com mobilização. “No segundo semestre de 1963, tem lugar uma grande greve que mobiliza 700 mil operários. O golpe de 1964 será a resposta a essa explosão” (NEGRI E COOCO, 2005.p.159). A resistência foi uma forma de lutar contra esse governo. As lutas vinham em busca da legitimação da liberdade contra essa biopolítica que se instaurou. Mas, para Foucault, o poder só funciona em cadeia, possibilitando então a resistência, que seria uma estratégia de luta.

Durante o período do regime militar, o Estado cria um aparato repressivo fortíssimo, e as múltiplas formas de resistência configuram-se como ação popular formada por artistas, intelectuais, políticos de esquerdas, estudantes, que tinha como objetivo protestar contra o sistema instaurado, lutando por democracia, liberdade, e igualdade, acreditando que seria uma forma de mudar o país.

Quando se instaura o poder, segundo Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira (2007), este deixa brechas e fissuras sendo possível agir através delas, e é esse modelo de resistência que se inseriu na América Latina por meio dos movimentos frente às práticas intervencionistas, especialmente as militares, manifestações dos estudantes, intelectuais e operários. Paralisações foram realizadas, formando um grupo de resistência que enfrentou os modelos institucionais. A repressão agia cada vez mais violenta, bombas em teatros do Rio e São Paulo, em editoras, jornais, espaços culturais, faculdades...

Vigiar, punir, controlar, seria uma forma de fazer com que o poder se completasse em sua totalidade, mas existe uma complexidade em seu entendimento e aplicação, que Foucault apresenta:

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de uma classe sobre outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (FOUCAULT, 1979, p.183).

Em toda relação existe um dominador e dominado, o dominador pode ser dominado. Os grupos de movimentos abordados acima no texto vêm nessa lógica de lutar contra o poder do Estado.

É dentro dessa perspectiva que, no México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) busca, de uma maneira própria, traduzir as tensões entre igualdade e diferença, cujo objetivo é uma luta coletiva.

O EZLN, ao mesmo tempo em que lutava pelos direitos indígenas, contextualizava sua luta dentro de um ambiente mais amplo de exclusão social, aprofundada pelo modelo econômico neoliberal. O EZLN empenhava-se contra todas práticas de poder, acreditava que o neoliberalismo apresentava-se como ação de Estado intervencionista, que seria então um Estado que exclui. Seria o neoliberalismo, portanto, uma alternativa política adotada para controlar a crise do capitalismo, o que provoca uma sociedade heterogênea.

O liberalismo se transforma em neoliberalismo, cuja ideologia diz respeito à reforma do Estado, desestatização da economia, privatizações de empresas governamentais, abertura de mercados, reduções de encargos sociais, informatização de processos decisórios, produtivos e comerciais,

intensificação de produtividade e lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional, (...) a globalização não significa a homogeneização do mundo, nem é o conjunto das sociedades nacionais: uma nova e intensa configuração do globo. Diversidades, desigualdades, tensões; articulações e associações; nacionalismos, fundamentalismos xenofobias e etnicismos inscrevem-se nesse novo universo (OLIVEIRA, 2007, p.45).

Com essa ideologia neoliberal, o Estado vem para legitimar o poder, acionando os dispositivos de segurança, usando-os em nome da ordem e da proteção da vida.

O Zapatismo tem como proposta construir um mundo democrático. Não busca uma tomada do governo, mas a democracia plena. “O zapatismo não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou social-democracia. Nem chega a ter corpo teórico acabado, somos escorregadios por definições, escapamos dos esquemas” (OLIVEIRA apud Ariovaldo Oliveira, p. 32); ou seja, o objetivo do EZLN é enfraquecer o governo diante da rigidez do Estado.

Os ideias dos integrantes dos movimentos consistiam em lutar para viver em um país democrata, no qual os governantes respeitassem a constituição feita para o povo. Entretanto, os métodos utilizados nos países ditatoriais iam contra os direitos humanos presentes nas constituições. Com a falta de respeito perante a população, houve revoltas com o objetivo de fazer com que os direitos fossem respeitados.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada na Assembléia Nacional em 1789, no fim da Revolução Francesa, vem assegurar que todos os homens possuem os direitos naturais. Rousseau, quando escreveu o Contrato Social, disse que todos os homens são livres e iguais em dignidade e direitos. Segundo Quadrat (2008), já a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, se aproxima mais do pensamento de Kant sobre a paz perpétua. Segundo esse autor, a Declaração Universal busca estabelecer a paz perpétua entre os povos, já que “o estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre todavia uma ameaça constante”. Deve, pois, instaurar-se o estado de paz, proposto por Kant (KANT, 2008, p.10).

O que notamos na pesquisa realizada é que os crimes contra a vida e dignidade humana nos Estados intervencionistas violavam os princípios básicos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948.

Considerando a proposta inicial desse trabalho, pudemos analisar que diferentemente dos países europeus, na América Latina a tendência de um capitalismo

iniciou com um Estado Forte, digo, um Estado violento, repressor. A *biopolítica* no Brasil, desde Vargas até a ditadura militar, se deu numa perspectiva de um Estado intervencionista com práticas de *fazer viver e fazer morrer*, diferentemente dos países europeus em que consistia o *fazer viver e deixar morrer*. O Estado, grosso modo, seria aquele que intervinha na vida das pessoas. O senso de justiça é, então, associado à morte, à punição carcerária; noutras palavras, o indivíduo que cometeu uma “subversão” deve ser responsabilizado por ela, mesmo tendo sua vida em risco. Dentro dessa análise, a violência nas prisões durante o regime militar apresentava uma forma de se exercer o poder, ou seja, uma violação escancarada dos direitos humanos. Ali, o poder apresentava-se em seu estado total, e das formas mais excessivas; mais do que isso, ali era permitido punir, assegurado por uma lógica de manter a ordem. Assim, o poder na América Latina é potencializado pela violência.

Hoje, a aplicação dos direitos humanos vêm legitimar a liberdade, o cuidado com a vida, isso no contexto do que Foucault denominou biopolítica.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 39ª ed. Petropolis: Vozes, 2011.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua. Um Projecto Filosófico.** Tradutor: Artur Morão, Colecção: Textos Clássicos de Filosofia, Covilhã: 2008.

MARCHINI NETO, Dirceu. A constituição Brasileira de 1988 e os Direitos Humanos: Garantias Fundamentais e Políticas de Memória. **Revista Científica FacMais**, v. II, p. 81-96, 2012.

MENEZES, Leandro Alves Martins de. **Uma análise da trajetória das artes de governar no pensamento de Michel Foucault.** Dissertação de Mestrado, UFG, 2011.

NEGRI, Antonio. COCCO, Giuseppe. **Glob(AL): biopoder e lutas em uma América Latina globalizada.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. **Corpos Indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica.** São Paulo: Beca, 2007.

QUADRAT, Samantha Viz [et al.]. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas.** Rio de Janeiro: FVG, 2008.